

Diário do Legislativo de 05/03/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 82ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às dez horas do dia doze de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, João Paulo e Aílton Vilela, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado, em turno único, o Requerimento nº 2.942/2001. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado João Paulo, solicitando convidar o Vereador José Paulo Silveira Ataíde, da Câmara Municipal de Brumadinho, para a reunião em que se discutirá o Projeto de Lei nº 1.720/2001; do Deputado Ivair Nogueira, solicitando convidar para reunião desta Comissão, o Presidente da COPASA-MG e os Diretores de áreas técnicas desta Capital, o Engenheiro de Desenvolvimento de Produtos e o Gerente Comercial da IMPLERBRÁS - Indústria e Comércio Ltda., sediada em Betim, para debater sobre o produto "válvula ventosa", criado com a função de retirar o ar da rede de abastecimento de água. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Maria José Haueisen, Presidente - João Paulo - Aílton Vilela.

ATA DA 22ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às dez horas do dia treze de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Arlen Santiago, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Marcelo Gonçalves. o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a atual situação do sistema de transporte no Estado e faz retirar da pauta a matéria nela constante, em virtude de sua apreciação em reunião de ontem, dia 12/12/2001. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Marco Antônio Marques, Secretário de Transportes e Obras Públicas, e Breno Montoni, Chefe de Gabinete desse Secretário, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

ATA DA 72ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e trinta minutos do dia dezanove de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Anderson Aduato, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Agostinho Silveira, Durval Ângelo e Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 462/99, 1.752 e 1.570/2001 no 1º turno (Deputado Rogério Correia); Projeto de Lei nº 1.755/2001 no 1º turno (Deputado Rêmoló Aloise). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/99 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Dilzon Melo); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.825/2001 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Luiz Fernando Faria); 199/99 com a Emenda nº1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dilzon Melo); 552/99 na forma original (relator: Deputado Ivair Nogueira); 690/99 na forma original (relator: Deputado Luiz Fernando Faria); 1.639/2001 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.679/2001 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Dilzon Melo); 1.717/2001 na forma original (relator: Deputado Luiz Fernando Faria); 1.742/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2, apresentada, ficando prejudicada a Emenda nº 2 (relator: Deputado Dilzon Melo); 1.773/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Luiz Fernando Faria); 1.793/2001 na forma original (relator: Deputado Rêmoló Aloise) e 1.830/2001 na forma original (relator: Deputado Dilzon Melo). Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.766/2001, no 1º turno, do relator, Deputado Ivair Nogueira, que conclui pela aprovação da matéria na forma original e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Luiz Fernando Faria. O Projeto de Lei nº 1.759/2001 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.106/2001. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Mauro Lobo, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Recursos Humanos e Administração para que informe sobre os processos de readmissão nos termos da Lei nº 10.961, de 1992. São rejeitados dois requerimentos do Deputado Irani Barbosa, em que solicita informações ao DER-MG sobre o consórcio para a construção da BR-381 e em que solicita informações sobre o contrato celebrado pelo Governo Estadual para a exploração do Grande Hotel de Araxá. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Dilzon Melo.

ATA DA 67ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às quinze horas do dia dezanove de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Maria Olívia e Dinis Pinheiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 710/99 (relator: Deputado Fábio Avelar), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.898/2001, de autoria do Deputado Bené Guedes. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta em que solicita o envio de ofício aos Deputados Federais e Senadores por Minas Gerais solicitando prioridade do Governo Federal para a implantação e a liberação de recursos para o Sul de Minas Gerais, pelo Prodetur Sudeste; da Deputada Maria Olívia em que solicita seja enviado ofício à Procuradoria da República em Minas Gerais solicitando ao DNPM o envio à Comissão do último relatório da inspeção realizada no Parque das Águas em São Lourenço. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Maria Olívia, Presidente - Fábio Avelar - Ivair Nogueira.

ATA DA 81ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Milton, Fábio Avelar, Maria José Haueisen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Milton, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Carlos Renato de Azevedo Ferreira, Presidente da Academia Paulista de Magistrados, encaminhando exemplares do CD-ROM "Direito Ambiental" e do volume 1 da "Revista da Academia Paulista de Magistrados"; Maria Antônia Muniz Barreto, Presidente da AMPARA, encaminhando cópia do documento elaborado pelas entidades signatárias do Manifesto das Águas; Vanessa Araújo Braide, do IPHAN, encaminhando informações relativas a esta Comissão; Murilo José Pereira, Corregedor-Geral de Justiça, encaminhando informações relacionadas ao Provimento nº 50, de 7/11/2000; Marcello Siqueira, Presidente da COPASA-MG, encaminhando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.810 a 2.812 e 2.815/2001, desta Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após votação, é aprovado, em turno único, o Requerimento nº 2.995/2001, da Comissão de Direitos Humanos. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados José Milton e Anderson Aduato, em que solicitam seja realizada audiência pública na cidade de Lambari, com a finalidade de consolidar e legitimar as reivindicações das estâncias hidrominerais que compõem o Circuito das Águas no novo processo de licitação da COMIG; Maria José Haueisen, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para discutir, em audiência pública, os problemas causados pelas enchentes nas regiões Leste e Nordeste de Minas; José Milton, em que solicita seja realizada audiência pública para dar continuidade à audiência do dia 21/9/2001, na cidade de Vazante, para discutir a atividade exercida pela CMM e seu impacto no meio ambiente; e Fábio Avelar, em que solicita seja enviado ofício ao Presidente da FEAM, para que este determine à Diretoria de Licenciamento a suspensão da análise do pedido de licenciamento feito pela BRUMAFER, para ampliação da área de exploração de minério de ferro no entorno da serra da Piedade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2002.

ATA DA 100ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Elbe Brandão, Durval Ângelo e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Eduardo Brandão e Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, a pedido do Deputado Edson Rezende, a questão dos atentados praticados contra o Juiz de Direito e os Promotores da Comarca de Ribeirão das Neves e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Presidentes da Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil de Minas Gerais - ADEPOLC - e do Sindicato dos Delegados de Polícia de Minas Gerais - SINDEPO -, em que encaminham à Comissão, para conhecimento, cópia de petição inicial de ação ordinária de cobrança e cópia de manifesto referente à legalização do jogo do bicho; ofício do Desembargador Gudesteu Biber, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em que encaminha à Comissão informações prestadas pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Montes Claros sobre a cadeia pública desse município; ofício da Diretora-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e da Região do Centro Oeste - SINTRAM -, referente à funcionária pública municipal Rosa Maria Camila, da cidade de Perdigoão; ofício do Sr. José Carlos dos Santos, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Barbacena em que informa à Comissão sobre a situação processual dos Srs. Wendell Paula da Silva, Eder Teles de Paula, Cláudio Roberto da Silva e Turquete Orípedes de Assis; ofício da Sra. Maria Juliana de Brito Santos Moisés, Promotora de Justiça da Comarca de Itabira, em que encaminha cópia de procedimento administrativo proposto pelo Ministério Público referente a requerimento de interdição da Cadeia Pública local, bem como decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Execução Criminal dessa Comarca; ofício do Secretário da Segurança Pública referente ao Requerimento nº 2.964/2001, sobre a situação da cadeia pública de São Lourenço e sobre o estado de saúde do detento Júlio Antônio Fernandes Pinho; ofício dos Srs. Maria Mayre Maciel e José Mário Motta, em que protestam contra a morte do Promotor de Justiça Francisco Lins do Rego Santiago e reivindicam justiça; carta do detento Antônio Sérgio Souto Bernardo da cadeia pública de Peçanha; ofício do Secretário Adjunto de Direitos Humanos em que encaminha cópia do Programa Mineiro de Direitos Humanos; convite do Sr. Célio Copati Mazoni, Prefeito Municipal de Barbacena para a inauguração do Centro de Atenção Psicossocial, em 1º/3/2002, às 16 horas. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.562/2001 (relator: Deputado Durval Ângelo). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.637/2001, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Edson Rezende. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 3.069/2002 com a Emenda nº 1; 3.113, 3.116 e 3.119/2002. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, Edson Rezende e Doutor Viana em que solicitam visita da Comissão ao fórum da Comarca de Ribeirão das Neves; Durval Ângelo e Edson Rezende em que solicitam audiência pública em Araxá para discussão de denúncias contra os Promotores locais acusados de pedofilia e promoção da rede de prostituição infantil; que seja encaminhado ofício ao Comando-Geral da PMMG, à Ouvidoria da Polícia e ao Ministério Público pedindo providências sobre denúncias de torturas contra adolescentes em São Tiago, conforme documentos anexos; e que a Comissão realize visita à Fazenda Renascer, em Caetanópolis, que tem como objetivo trabalhar na recuperação de adolescentes dependentes de drogas; Elbe Brandão em que pede seja solicitado à Mesa da Assembléia autorização para que a TV Assembléia realize programas especiais sobre a experiência da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC -, de Itaúna, e que eles sejam veiculados por um período de pelo menos dois meses; Eduardo Brandão, em que solicita cópia das notas taquigráficas da reunião; que se encaminhe ofício à Procuradoria-Geral de Justiça pedindo providências para que seja realizado um mutirão em Ribeirão das Neves pelos Procuradores e Promotores, tendo em vista o grande número de processos ali parados; e que seja enviado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, pedindo providências para que a ação de suspeição impetrada contra o Juiz de Direito Wenderson de Souza Lima, da Comarca de Ribeirão das Neves, seja julgada com urgência; Doutor Viana em que solicita que o Presidente do Sindicato dos Procuradores e Promotores - SINDI-MP - acompanhe os membros da Comissão na visita ao fórum da Comarca de Ribeirão das Neves; Edson Rezende em que solicita audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente para debater o projeto de implantação do aterro sanitário de Salvaterra, no Município de Juiz de Fora; seja encaminhada ao Comando-Geral da PMMG cópia das denúncias feitas pelo jovem Stephano Sottoriello Pazally; seja encaminhado ofício ao Secretário Adjunto de Direitos Humanos solicitando a inclusão do jovem Stephano Sottoriello Pazally no Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas - PROVITA -; seja encaminhada ao Conselho Regional de Medicina a documentação apresentada por Roosevelt Alexandre Monteiro, que acusa o Hospital Regional Público de Betim de erro médico. Registra-se a presença dos seguintes convidados, os quais tomam assento à mesa: Srs. Sérgio Francisco de Freitas, Corregedor-Geral da Polícia; Jacson Camponizzi, Procurador-Geral de Justiça Adjunto; Cássio Salomé, Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Belo Horizonte; Rodrigo Fonte Boa e Leonardo Barbarella, Promotores de Justiça da Comarca de Ribeirão das Neves; Heleno Rosa Portes, Presidente do Sindicato dos Procuradores e Promotores de Justiça - SINDI-MP -; Sra. Mary Lúcia da Anunciação, Coordenadora da Pastoral Carcerária; Sr. Fábio Alves dos Santos, assessor da Pastoral Carcerária de Belo Horizonte. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2002.

Edson Rezende, Presidente - Alencar da Silveira Júnior - João Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 328ª reunião ordinária, EM 5/3/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/99, do Deputado Antônio Júlio, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 12.186, de 5/6/96, que autoriza o Poder Executivo a conceder ingresso gratuito aos menores de 5 a 12 anos de idade, aos profissionais e às autoridades que menciona em competições esportivas realizadas em estádios e praças de esportes de propriedade do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Educação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e pela aprovação das subemendas, que receberam o nº 1, as quais apresenta, às Emendas nºs 2 e 3.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.950, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.956, que dispõe sobre a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos devidos por serviços extrajudiciais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 129/99, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jesuânia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 591/99, do Deputado João Leite, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Rio Manso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 638/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que estabelece as condições para alienação, privatização, concessão e/ou transferência para a União do acervo e patrimônio da CEASA-MG e da CASEMG-MG e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 690/99, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Gonçalves o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 790/2000, do Deputado Agostinho Patrús, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Itamonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 837/2000, do Deputado João Paulo, que proíbe as concessionárias de serviço público do Estado de inserir, nas notas fiscais emitidas contra consumidores de seus serviços, valores a serem repassados a município ou entidade da administração municipal indireta e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela rejeição do projeto e do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.336/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que institui o Programa Paz na Escola, de ação interdisciplinar, para prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. As Comissões de Educação, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.470/2001, do Deputado Edson Rezende, que institui o Certificado e o Selo-Cidadão no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.611/2001, do Deputado Márcio Cunha, que dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos administrativos em que figurem como parte interessada, direta e indiretamente, pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.688/2001, do Deputado Luiz Menezes, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria da Saúde da Mulher de Minas Gerais e o cargo de Ouvidor de Saúde da Mulher de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Saúde conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 92ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 5/3/2002

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.877/2001, do Deputado Paulo Piau e outros; 1.871 e 1.926/2001, do Governador do Estado; 1.901/2001, do Deputado Álvaro Antônio; 1.881/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.889/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.883/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.853/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 1.863/2001, do Deputado Antônio Andrade; 1.876/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria; 1.897/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.904/2001, do Deputado Sebastião Costa; 1.910/2001, do Deputado Márcio Kangussu; Projetos de Lei Complementar nºs 47/2001, do Deputado Ermano Batista; 49/2001, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.927 e 1.631/2001, do Deputado Ivo José; 1.909 e 1.908/2001, do Deputado João Leite; 1.676/2001, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 1.888/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.902, 1.913, 1.914, 1.919 e 1.933/2001, do Deputado Antônio Júlio; 1.906/2001, do Deputado Miguel Martini; 1.923 e 1.911/2001, do Governador do Estado; 1.898 e 1.918/2001, do Deputado José Henrique; 1.924/2001, do Deputado Antônio Genaro; 1.875/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.893, 1.894 e 1.915/2001, do Deputado Durval Ângelo; 1.922/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.928/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 1.885/2001, do Deputado Márcio Kangussu; 1.917/2001, da Deputada Maria Olívia; 1.903/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.916/2001, do Deputado Ermano Batista; 1.931/2001, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 5/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.148/2002, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos de Criminosos Organizados, noS EsquemaS de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal, a realizar-se às 15 horas do dia 5/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento do Sr. Luiz F. Pinto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 9h30min do dia 6/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nºs 3.114/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.100/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Finalidade: apreciar a matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 84ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 6/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 74ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 6/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h15min do dia 6/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e Votação de Proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia

Requerimentos nºs 3.145/2002, do Deputado Bené Guedes; e 3.147/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 6/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão Especial da Prostituição Infantil, a realizar-se às 10 horas do dia 7/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, a situação da prostituição infantil no Estado.

Convidados: José Maurício Cantarino Vilela, Juiz da Vara da Infância e da Juventude e Precatórias de Governador Valadares; Paula Cunha e Silva, Promotora da Vara da Infância e da Juventude e Precatórias; Ten. Cel. Luís Fernando de Oliveira Aleixo, Comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar; Evandro dos Santos Costa, Delegado da Infância e da Juventude; Jeremias Antunes, Presidente do Conselho Tutelar Região I; Maria de Souza, Presidente do Conselho Tutelar Região II; e Jacqueline Míriam Maciel Junqueira Carvalho, Coordenadora da Pastoral da Criança

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da CPI da Mineração Morro Velho, a realizar-se às 10 horas do dia 7/3/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Guilherme Ribeiro Câmara, Coordenador da Câmara Técnica de Saúde do Trabalhador do Conselho Estadual de Saúde; Ana Paula Scalia, Pneumologista do Ambulatório de Doenças Profissionais do Hospital das Clínicas; Marcelino Antônio Edwiges, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região; e José de Oliveira Reis, Presidente do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Administração Pública; Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Anderson Aduato, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmolô Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 6/3/2002, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de março de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dilzon Melo, Dinis Pinheiro, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2002, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 4 de março de 2002.

Bilac Pinto, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Preço do Leite

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Luiz Fernando Faria, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Kemil Kumaira e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/3/2002, às 9h30min, no Centro de Convenções da Universidade Federal de Lavras, com a finalidade de ouvir os Srs. Fabiano Ribeiro do Vale, Reitor da Universidade Federal de Lavras; Ricardo Souza Sette, Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Lavras; Manuel Moreira Neto, Diretor-Presidente da Cooperativa Alto Rio Grande; Custódio Andrade Resende, Presidente da CREDIGRANDE; José Márcio de Carvalho, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Lavras, e os produtores rurais da região.

Sala das Comissões, 4 de março de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

325ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 26/2/2002

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, imprensa, ocupamos a tribuna nesta tarde primeiro para desejar a todos os parlamentares que nesta sessão legislativa todos possam, com zelo e coragem, desempenhar bem o papel de representar o povo mineiro, já que esta é a primeira vez que uso a tribuna nesta sessão legislativa. Em segundo lugar, quero lamentar o pronunciamento feito na semana passada pelo combativo Deputado Sargento Rodrigues, que, ao falar sobre segurança pública, num discurso pertinente em seu todo, envolveu a pessoa de um Prefeito com quem tenho um bom relacionamento. Não me encontrava presente por ocasião do seu pronunciamento, mas li as notas taquigráficas e fui me informar a respeito da verdade dos fatos. O Deputado Sargento Rodrigues, cujo zelo e empenho em defesa de seus companheiros da Polícia Militar é conhecido, parece-me, recebeu informações que não correspondem exatamente aos fatos ocorridos. O Deputado, ao referir-se ao fato de questão política interferir em prejuízo do serviço político, falando da falta de ações políticas para viabilizar a segurança pública do Estado, diz: "Recebi uma carta de um companheiro de Lagoa Formosa relatando que o Prefeito local interveio junto ao Comando da Polícia Militar do 15º Batalhão da cidade e teve a cara-de-pau de oferecer um quartel novo para o destacamento se se transferisse o Soldado que havia prendido seu cabo eleitoral e seus correligionários". Diz também: "...porque o Comandante do 15º Batalhão aceitou uma barganha suja"; "Construirei um quartel novo na cidade de Lagoa Formosa, mas o senhor terá que tirar o Soldado e o Sargento daqui porque prenderam o Presidente do partido, que é primo do Prefeito".

Quero dizer, primeiro, que o Presidente do partido não é primo do Prefeito. Em segundo lugar - palavra do Ten.-Cel. Wilson ou Ilson (?), Comandante do 15º Batalhão -, o Sargento Nilson pediu transferência, e uma diligência do Coronel Comandante do 15º Batalhão identificou a ineficiência desse Sargento no comando da Polícia Militar de Lagoa Formosa, razão pela qual foi transferido. O Coronel fez uma sindicância, identificou que ele não produzia os resultados esperados e havia um pedido - declaração dada pelo próprio Tenente-Coronel aos meios de comunicação - desse próprio Sargento solicitando sua transferência, bem como a de outros dois Soldados, que não são os que teriam prendido esse correligionário do Prefeito. Há outra versão. Houve, sim, uma prisão por motivos fúteis e políticos, mas os Soldados que efeturaram essa prisão continuam em Lagoa Formosa, não foram transferidos. O Sargento e os Soldados transferidos, no dizer do Cel. Wilson, o foram devido a uma sindicância do Coronel que identificou uma ineficiência desse Sargento no comando do policiamento, havendo também um pedido de transferência feito por ele próprio. Também os Soldados que saíram fizeram-no a pedido. Eles pediram que fossem transferidos e não são os mesmos que prenderam o ex-correligionário, que também não é primo do Prefeito.

Queremos restaurar a verdade dos fatos. O Prefeito José Leal, de Lagoa Formosa, é seriíssimo e muito competente. O destacamento de Polícia

que havia lá funcionava num prédio com péssimas instalações. Então, alugou um espaço para a PM, deu um lugar digno, com estrutura para que se pudesse trabalhar. E não foi como barganha, foi simplesmente porque fazia-se necessário ele ter essa ação política. Os soldados que teriam prendido esse primo do Presidente do partido continuam em Lagoa Formosa. É importante chamarmos a atenção para a restauração dessas verdades, porque recebemos denúncias, cartas, como os outros Deputados também devem receber. A Deputada Elaine Matozinhos, por exemplo, deve receber muitas denúncias, o Deputado Sargento Rodrigues, também. Agora, umas são pertinentes e outras não. O que precisamos é apurar a verdade dos fatos, ouvir o outro lado e dar oportunidade de defesa, o que estou fazendo. Esses esclarecimentos não denigrem a imagem do Prefeito, pelo contrário, temos que reconhecer a competência desse Prefeito, que busca suporte para a segurança pública do município. E os resultados têm sido extraordinários: Polícia mais eficiente com policiais mais satisfeitos porque agora têm um local digno para trabalhar, bem como melhor estrutura de apoio e suporte. O que aconteceu não foi barganha.

Deputado Sargento Rodrigues, infelizmente não está presente, mas as notas taquigráficas podem chegar às mãos de V. Exa. Quisemos apenas fazer justiça porque conhecemos o Prefeito e sabemos da sua seriedade no comando de Lagoa Formosa. Era isso que queríamos registrar e deixar gravado nos anais da Casa.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou incomodado e abismado com a forma como esse Governo está jogando recursos públicos, bancando campanhas publicitárias milionárias para dizer mentiras ao povo mineiro. E percebemos que a montagem das peças publicitárias, diga-se de passagem, está sendo feita com muita competência pela agência que está produzindo, que deve também estar sendo paga a peso de ouro, porque o Governo não tem preocupação em Governar, mas fazer publicidade e gastar dinheiro com a mídia é especialidade dele. S. Exa. gastou R\$500.000,00 para dizer ao povo mineiro e brasileiro que tinha resolvido os problemas das finanças do Estado.

Infelizmente, os números do balanço e os dados técnicos demonstram absolutamente o contrário.

Agora, há pessoas dizendo que ninguém vê perna de saci, cabeça de bacalhau e as obras do Itamar. Essas últimas são vistas apenas nas peças publicitárias. Na realidade, nós, que viajamos por todo o interior, passamos por vários lugares e não conseguimos identificar nenhuma dessas obras.

Estamos aqui para lamentar e, sem dúvida, iremos fazer um requerimento solicitando que se informe a esta Casa o valor gasto em publicidade, porque tal recurso poderia estar atendendo às áreas de segurança, saúde, saneamento básico, enfim, a todas as áreas de ação do Governo, que, apesar de ser sua obrigação, não fazem parte de sua preocupação.

Ele gasta os recursos tão-somente para fazer propaganda enganosa. Algumas vezes ele está sofismando e, outras, enganando o povo, dizendo que está fazendo algo que, na verdade, não está.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar o nobre companheiro por suas palavras em relação à segurança pública e agradecer o apreço que V. Exa. tem por minha pessoa.

No que diz respeito à transferência do Sargento, V. Exa. tem razão, mas o mesmo não acontece em relação ao Soldado Luís Martins da Silva, que residia em Lagoa Formosa há seis anos e quatro meses, em sua casa própria, e cuja esposa trabalhava no município, tendo dois filhos, um de 4 anos e outro de 4 meses, e que apresentava um ótimo comportamento, de acordo com classificação interna da corporação.

Esse Soldado, juntamente com outros, fizeram uma "blitz" de trânsito e abordaram um cidadão conhecido como Marcos Antônio, vulgo Pacu, Presidente de um partido que desconheço. Além de ter sido desacatado por esse cidadão de Lagoa Formosa, que se diz primo do Prefeito, foi ameaçado de ser transferido, publicamente. E, infelizmente, tivemos a informação de que foi transferido para o destacamento de Guimarães.

Sendo assim, quero acertar algumas falas.

O Deputado Miguel Martini - Deputado, ele não é primo do Prefeito nem Presidente do partido, que tem outro nome e é, na verdade, o real primo do Prefeito. O que ele disse ser é outra história. As informações que me chegaram, por meio do Prefeito e de outras pessoas da região, são de que o Soldado que efetuou a dita prisão continua em Lagoa Formosa, sendo que os dois transferidos foram-no a pedidos e não estavam envolvidos no caso.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Esse cidadão, Marcos Antônio, vulgo Pacu, disse, em via pública, que era gente conhecida e que, portanto, não caberia ao policial exigir seus documentos. Disse também que tinha influência junto ao Prefeito e que tentaria fazer com que se efetuasse sua transferência.

Deputado Miguel Martini, infelizmente, essa é uma constante em Imbé de Minas, Santa Efigênia, São Roque de Minas, São Geraldo, Campo Alegre de Minas, Fronteiras, Gonzaga, Itamarandiba, Carbonita, Genipapo de Minas, Dolores de Indaiá e Carvalhópolis. Estamos tendo constantes problemas com Prefeitos.

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Kangussu) - Solicito ao Deputado Sargento Rodrigues que complemente seu raciocínio depois, já que está inscrito.

Solicito também ao orador que conclua, pois seu tempo está-se esgotando.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Miguel Martini, concluindo o debate, quero lembrar que esse informativo é sobre uma agressão, sendo que o Cabo tomou um tapa no rosto, dado pelo Prefeito de São Geraldo. Isso é um absurdo.

O Deputado Miguel Martini - O debate sempre nos ajuda a esclarecer os fatos. Deputado Sargento Rodrigues, um episódio aconteceu, mas há duas versões. Na verdade, não houve nenhuma barganha de posto. Se houvesse, o Tenente-Coronel deveria ter sido chamado para prestar esclarecimentos, porque isso não se pode barganhar. O Prefeito e outras pessoas de Lagoa Formosa que fazem parte do meu relacionamento afirmaram-me que não há ligação entre um fato e outro, que as transferências foram feitas a pedido e que a própria pessoa continuava lá. O nosso papel é de restaurar a verdade. Conheço o Prefeito José Leal. Trata-se de uma pessoa honrada, séria e que não se presta ao que foi levantado. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia, pessoal da galeria, meus senhores e minhas senhoras, primeiro, presto uma homenagem aos idosos. Amanhã, dia 27 de fevereiro, é o dia em que os idosos são homenageados. Da tribuna da Assembléia Legislativa, homenageamos as pessoas da terceira idade, que é idade da experiência e do amadurecimento. Há algum tempo, têm-se organizado às associações da terceira idade, buscando uma vida melhor, convivendo em grupos, atuando na comunidade e usando a muita experiência e energia que têm, para melhorar a qualidade de sua vida. Parabéns a todos os idosos.

Um segundo assunto traz-me a esta tribuna. Há oito meses, fiz uma visita a um grande amigo que mora na Pampulha. Com tristeza, presenciei a situação caótica e de calamidade pública por que a lagoa da Pampulha está passando. Mesmo não morando em Belo Horizonte, sensibilizei-me com a situação. Na condição de Deputado do Estado, pois não somos Deputados de uma região determinada, interessei-me por essa questão, que deve preocupar não só a Belo Horizonte, mas também a todo o Estado e o País. E a partir daí, junho do ano passado, interessei-me pela questão e resolvi arregaçar as mangas e correr atrás de projetos, de diagnóstico e de tratamento para a situação agonizante da lagoa da Pampulha. Contratei um técnico do CETEC, que fez um estudo das nascentes dos córregos da Ressaca e do Sarandi. Fiquei pasmado ao saber que algumas das nascentes da Ressaca haviam sido aterradas por construtoras, dentro do processo imobiliário, às vezes ganancioso, o que fez com que algumas nascentes já não existam. Outras eram ou estavam sendo contaminadas com esgoto e lixo. Algumas, desde a nascente; outras, no percurso do córrego. Os bairros da região, principalmente de Contagem, mas também de Belo Horizonte, até a queda dos córregos da Ressaca e do Sarandi na lagoa da Pampulha, estão totalmente poluídos. Sabemos da quantidade de esgoto e lixo que carregam. Isso é lamentável.

Por meio de requerimento aprovado nesta Casa convoquei uma primeira reunião, realizada em outubro, convidando as Comissões de Meio Ambiente e de Turismo da Assembléia e algumas autoridades municipais ligadas a essas áreas. Discutimos e começamos a buscar uma solução para a Pampulha. Ali tomei conhecimento de que, havia dois ou três anos, havia sido entregue à Prefeitura de Belo Horizonte projeto realizado por arquitetos, urbanistas, engenheiros e paisagistas - número significativo de técnicos capacitados e competentes, do gabarito de Niemeyer, que também participou do projeto -, num coquetel.

Ao tomar conhecimento desse fato, provocamos uma segunda reunião, realizada no mês de dezembro. Chamamos alguns técnicos da empresa realizadora do projeto, chamamos técnicos da Prefeitura, pessoas que passaram por lá, o Instituto de Patrimônio Histórico de Minas Gerais, e promovemos importante discussão. Daí para cá temos divulgado mais o projeto, buscado parceiros, pessoas que têm conhecimento da situação da Pampulha, que moram lá e vivenciam a situação caótica e agonizante por que vem passando.

Lá se vão oito meses de trabalho. Ficamos felizes ao ver que as coisas estão caminhando de maneira positiva. Fui com o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura conhecer o local. Chegamos a descer nas construções que estão sendo feitas depois da Pampulha, para a drenagem que a Prefeitura vai realizar na lagoa. Descemos e vimos tudo. Sabemos do empenho que a Prefeitura vem tendo. Recentemente, o Prefeito - que também foi operado de apendicite, desejamos-lhe pronto estabelecimento - viajou ao exterior em busca de recursos para o complexo da Pampulha. Mas ainda não entendemos por que, em dois anos e meio, a Prefeitura, que recebeu o projeto desse grupo privado de empresários que querem resolver o problema da Pampulha, não o colocou em prática. Não sabemos por que ele foi engavetado, deixado no esquecimento. Vamos ter uma audiência com os Prefeitos de Belo Horizonte e Contagem, porque o projeto interessa às duas cidades, para buscar, de todas as formas, a solução efetiva para o problema da lagoa e do complexo da Pampulha. Não é possível os moradores conviverem com aquela situação. Na condição de médico, percorri todo o trajeto, verificando que, realmente, a situação é dramática. O que vem sendo feito é paliativo, não resolvendo definitivamente a questão. A dragagem a longa distância melhora o problema, mas, se o projeto não for executado de maneira global, vamos continuar dragando por muitos anos. Não vamos a lugar nenhum.

Quero, desde já, dizer que, com a participação da iniciativa privada, com a discussão e a participação da Assembléia Legislativa, por meio deste Deputado, dos Deputados da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Turismo, poderemos caminhar mais rápido. Agora, para nossa alegria, vamos contar com a participação do Governador do Estado, Dr. Itamar Franco. Na última semana, tomamos conhecimento, por meio de um fax da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado, que o Governador do Estado já entrou em contato com o Prefeito Fernando Pimentel para, juntos, irem à Lagoa da Pampulha, a fim de encontrar uma solução definitiva para o caso. A situação já é crônica. Traz-nos esperança o renascimento, de forma global, do Projeto Pampulha, por estarmos no ano do centenário de Juscelino Kubitschek, grande mineiro que idealizou a Pampulha como um cartão de visita, um local turístico. Infelizmente, nos dias de hoje isso não é verdade, porque ninguém, em sã consciência, tem coragem de se deslocar para lá para fazer turismo.

O nosso interesse é buscar todas as formas, todos os caminhos para concretizar o Projeto Pampulha. Já temos um projeto há dois anos e meio. Se houvesse sido executado pela Prefeitura, agora o custo seria zero para os Governos Federal, Estadual e municipal.

Vamos intensificar esse trabalho nesta e na próxima semana, a fim de que, o mais breve possível, possamos conseguir a concretização das obras do Projeto Pampulha. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, pessoas presentes nas galerias. Não gostaria de ocupar esta tribuna, Sr. Presidente, para falar a respeito das ingerências políticas na polícia, de uma forma geral, especialmente as praticadas pelos Prefeitos do interior de Minas. No entanto, é difícil fugir do tema, pois o Deputado Miguel Martini, que me antecedeu, levantou o problema de Lagoa Formosa, ou seja, a transferência de um companheiro nosso.

Deputado Miguel Martini, para que não nos delonguemos a respeito desse assunto, vou solicitar formalmente ao Cel. Álvaro que determine a realização de uma sindicância a fim de apurar as causas da transferência do Soldado PM Luís Martins da Silva de Lagoa Formosa para Guimarães. Como já havia dito, o Soldado estava há nove anos na Polícia Militar e há seis anos e quatro meses na cidade, tem um ótimo comportamento, é casado, pai de dois filhos, e sua esposa trabalha em Lagoa Formosa. A sua vida foi completamente destruída com a transferência.

Deixando Lagoa Formosa e Guimarães para um outro momento, após as apurações, informarei aos nobres companheiros desta Casa, especialmente ao Deputado Miguel Martini, que tivemos de interferir com energia no Município de Imbé de Minas. O Prefeito da cidade chegou a dizer que se o Sargento ali permanecesse não haveria lugar para os dois. Com muito esforço, e conversando com o Cel. Vitoriano, Comandante da região de Valadares, conseguimos solucionar o problema. No entanto, posteriormente, o Sargento foi obrigado a sair da cidade, diante de ameaças veladas do Prefeito, inclusive ameaças de morte.

Em Santa Efigênia de Minas, tivemos de interferir politicamente, a fim de fazer um contraponto à ingerência política local.

Como comentei com o Deputado Miguel Martini, após o seu pronunciamento, o Prefeito de São Roque de Minas teve a coragem de criar a Secretaria Municipal de Segurança Pública. A lei foi aprovada pela Câmara dos Vereadores. A Secretaria Municipal de Segurança Pública de São Roque de Minas, cidade com cerca de 10 mil habitantes, que deveria estar aplicando recursos em outra área, gasta com sua enorme estrutura. Essa lei prevê que a Secretaria vai coordenar, gerenciar as atividades das Polícias Militar, Civil e Florestal.

Simplesmente o Prefeito rasgou a Constituição Federal. Ao enviar a lei, provou que a desconhece e que está completamente mal-assessorado, porque não se cria Secretaria de Segurança Pública para gerenciar atividades de polícias estaduais. É impossível isso acontecer. Esse fato também foi levado ao Cel. Álvaro. O Sargento Neto, que tem uma ficha extensa de prestação de serviços à comunidade, com 29 anos de trabalho, estava sendo perseguido pela Secretária Municipal e pelo Prefeito.

Quanto à cidade de São Geraldo, chegamos a realizar audiência pública aqui, na Comissão de Direitos Humanos, à qual o Soldado Nascimento e o Cabo Marco Aurélio compareceram. O Prefeito, após ato impensado, chegou a desferir um tapa no rosto do Cabo. Foi convidado, mas aqui

não compareceu. Lá também o Prefeito conseguiu transferência dos policiais para a cidade próxima de Visconde do Rio Branco. Com a nossa interferência e a do Comando da Polícia Militar, esses policiais retornaram a São Geraldo.

Em Campo Alegre de Minas, o Sargento Ivan foi ameaçado pelo Prefeito. Em Fronteira, também houve interferência, porque os Vereadores foram abordados em um bar. Em Gonzaga, a mesma situação: interferência do Prefeito. Na cidade de Itamarandiba, o Prefeito tentou transferir um Tenente da PM do pelotão local. Em Carbonita, o Prefeito conseguiu transferir dois policiais. Em Jenipapo de Minas, também houve transferência de dois policiais.

Para Dolores do Indaiá, abro parêntese. Lá o detetive lotado era testemunha da CPI do Narcotráfico. Naquela época, a interferência partiu do Prefeito, que era cabo eleitoral do Deputado Federal Mauro Lopes, então Secretário de Estado da Segurança Pública. A CPI do Narcotráfico interveio, e conseguimos manter o detetive naquela cidade.

Também estou com outra intervenção de Vereadores e do Prefeito de Carvalhópolis. Quase me esqueci de Moema, perto de Bom Despacho, a qual sofreu interferência na transferência do Cabo Israel.

Poderia declinar o nome de pelo menos mais 30 cidades. É contra essas interferências políticas que lutamos. Mas digo ao Deputado Miguel Martini e aos demais pares desta Casa que, enquanto estiver Deputado, estarei ocupando a tribuna para denunciar as ingerências políticas de Vereadores, Prefeitos, Deputados e Senadores, como também as de Secretários de Estado que interferirem na ação da polícia.

Se, hoje, a sociedade clama por segurança pública, esta Casa, por obrigação, tem muito o que fazer. O Deputado Anderson Adauto propôs a criação do Fundo de Segurança Pública. Portanto, vamos vincular aquela taxa votada e aprovada pela Assembléia, no valor de R\$30,33, ao Fundo de Segurança Pública. Assim, teremos recursos na ordem de R\$100.000.000,00 a R\$150.000.000,00 para que a Polícia Militar e a Civil não precisem mendigar viaturas, combustíveis, reformas de destacamento, material de escritório na Prefeitura.

À medida que o policial mendiga isso, o Prefeito sente-se com autoridade para fazer essas intervenções. Portanto, esta Casa tem um grande compromisso, Deputado Miguel Martini, e queremos contar com a sua colaboração e a de sua nobre bancada para que possamos votar a Lei do Fundo Estadual de Segurança Pública, de autoria do Deputado Anderson Adauto, e que possamos vincular essa taxa ao Fundo, pois assim teremos recursos e as Polícias Civil e Militar não precisarão mendigar. Infelizmente, hoje não temos verba para cuidar desse aparelho policial, que é colete, armamento, HT, algemas, combustível e viaturas. Portanto, esse Fundo terá um bom proveito.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, sou a favor da criação desse fundo, mas vou dizer a V. Exa., de antemão, que pouco adiantará, porque hoje o Ministério Público tem orçamento próprio para tudo, assim como o Judiciário, e cansamos de ver, pelo interior afora, Prefeituras sustentarem mordomias de Juizes e Promotores, pagando aluguel, dando carros, pagando funcionários, fazendo tudo que não precisa e não pode ser feito, criando um conluio de poder e de feudos pelo interior de Minas Gerais, por todos os cantos. Quero citar como exemplo a cidade de Barão de Cocais, em que o Juiz "come" na mão do Prefeito.

O Deputado Sargento Rodrigues - Gostaria de reafirmar minhas palavras, dizendo ao Deputado Irani Barbosa que, se isso está ocorrendo de fato, a Assembléia tem de se manifestar como poder autônomo e independente, procedendo às devidas apurações.

Retornando ao assunto do aparelho policial, não podemos permitir que a Polícia Militar, nos municípios menores, principalmente no nível de destacamento de pelotão e de companhia, continue mendigando peça de viatura e combustível. Estivemos na cidade de Itinga, que é extremamente pobre, ao lado da cidade de Jequitinhonha, no vale do Jequitinhonha, e lá encontramos o destacamento - e é bom que o Cel. Álvaro e o Governador Itamar Franco estejam ouvindo nosso pronunciamento - em frente ao Banco do Brasil. Mas, se ocorrer um assalto ao Banco, que não é feito com aqueles revólveres calibre 38, e sim com armamento pesado, a Polícia Militar local não terá condições de dar o retorno, pois não tem colete à prova de bala, não tem sequer arma pesada, porque o fuzil que está lá é modelo 1908, com a munição toda enferrujada, assim como o fuzil, que fica até trancado com cadeado e, para utilizá-lo, só se for como pedaço de pau, e não tem fax, telefone nem rádio HT para se comunicar com a viatura que fica na rua. Portanto, a Polícia Militar fica à mercê. Infelizmente, são poucos, mas existem alguns Comandantes, Diretores e Chefes da Polícia Militar que algumas vezes preferem ceder ao pedido pessoal, mesquinho e até mesmo sujo de alguns Prefeitos, para atender à remoção de policial. Infelizmente, são poucos, é a minoria, é a exceção da regra, mas estão enfraquecendo a Polícia Militar. Tenho dito isso constantemente ao Cel. Álvaro, que é o Comandante-Geral da instituição, que tem agido prontamente para restabelecer a condição de se fazer polícia igual para todos. Se é o filho do Prefeito, não pode mexer, se é o filho do Vereador, não pode mexer, então será polícia para quem, se não se pode cumprir a lei, como ocorre nos vários casos que já denunciei desta tribuna?

Portanto, faço um apelo, mais uma vez, ao Cel. Álvaro, para que continue intervindo de forma séria e serena para acabar com essas ingerências políticas, e para que possa orientar os comandantes de batalhão e de região, para que não cedam à pressão de Prefeitos, que tanto insistem na remoção por motivos políticos mesquinhos: porque se multou seu cabo eleitoral ou porque se apreendeu um veículo de seu cabo eleitoral.

Ora, quando vamos conseguir avançar em segurança pública se o próprio Prefeito da cidade, maior autoridade no Executivo Municipal, não dá o exemplo e pede ao Comandante para retirar alguém?

Sr. Presidente, as questões de segurança pública são muito complexas, mas, mesmo com as dificuldades de votar as matérias na Casa, de falta verba, falta de reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal em Brasília e outras medidas, tenho certeza de que nós, investidos na autoridade de um mandato público, teríamos, no mínimo, de dar o exemplo ao cidadão. Não posso deixar o meu filho sair sem carteira e depois ligar para a polícia dizendo para liberar porque é meu filho. Os Prefeitos continuam fazendo isso.

Solicitamos encarecidamente ao Governador do Estado que reveja o orçamento das Polícias Militar e Civil, para que não fique nas mãos dos Prefeitos. A Polícia Militar não pode ficar como marionete ou fantoche, fazendo apenas a vontade do Chefe do Poder Executivo Municipal. Não há como fazer e avançar em segurança pública se a própria autoridade do município dá mau exemplo aos seus municípios. Não vamos ficar calados. Todos os casos que chegarem ao meu conhecimento, no meu gabinete, vou denunciar desta tribuna.

O Prefeito deve criar a consciência de que também é responsável pela segurança pública. O Prefeito não doa viaturas ou combustíveis comprados com dinheiro do seu bolso. Está doando coisas compradas com dinheiro do cofre público do município, pagas pelo imposto do cidadão que mora nesse município. O Prefeito não está fazendo gracinha. Está cumprindo o seu papel constitucional de contribuir e ser responsável pela segurança pública do Estado.

Sr. Presidente, aqui ficam as nossas considerações e o nosso apelo ao Governador Itamar Franco e ao Cel. Álvaro, para que mantenham essa ingerência distante das Polícias Civil e Militar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa presente, senhores que ocupam as galerias, caríssimo Prefeito de Montezuma, cidade com grande potencial turístico em Minas Gerais. A população mineira tem vivido momentos difíceis, momentos de verdadeiro pânico, exigindo reflexões e ações políticas concretas e urgentes.

Temos insegurança quanto à segurança, à saúde e às estradas. É difícil precisar em que área devem ser concentrados maiores esforços.

O crime organizado atravessa fronteiras, a delinquência juvenil aumenta, mulheres comandam quadrilhas, e viver se torna cada vez menos importante. É lamentável a inversão de valores a que temos assistido nos últimos tempos.

Em Minas Gerais, temos um comando de polícia da mais alta formação intelectual e moral, tanto no que diz respeito à Polícia Militar quanto no que se refere à Polícia Civil.

Mas o que interessa realmente discutir é que falta segurança para a população, e o sentimento de segurança só será resgatado se a confiança da população for resgatada. Se o criminoso está cada vez mais ousado, precisamos aumentar o número de policiais, precisamos de uma polícia bem equipada, sob pena de a população ficar acuada, temerosa e insegura.

A nossa polícia tem condições de desvendar a autoria de qualquer crime em pouco tempo, como tem feito em nossa Minas Gerais. Nesse sentido, a polícia tem demonstrado eficiência, mas é preciso que haja total esforço para que ela resgate a credibilidade da força pública perante a sociedade. É preciso que a polícia seja respeitada, e isso poderá ser viabilizado se o bom policial for premiado de alguma forma.

Outra questão de insegurança é a saúde, que tem causado grande preocupação. As unidades de saúde dos grandes centros estão congestionadas. Faltam profissionais, faltam medicamentos, e as epidemias multiplicam-se. A dengue prolifera, e a população vive momentos de terror.

Em Janaúba, no Norte de Minas e no Jequitinhonha, estima-se que os casos de dengue tenham aumentado em mais de 50% em relação ao ano passado, o fumacê já é reivindicado por todas as populações.

Mas, além das providências de combate ao mosquito, precisamos que sejam reforçadas campanhas educativas nas escolas, igrejas, nos campos de futebol, nas entidades comunitárias, pois a conscientização da população quanto à adoção de medidas preventivas pode reduzir o número de casos e o avanço da moléstia. É preciso mais ação dos Governos.

Ainda com relação à insegurança, convém destacar mais uma vez a situação em que se encontram as nossas estradas. Percorrer as nossas estradas, sobretudo as estradas federais, quase equivale a uma tentativa de suicídio.

A BR-135, no trecho que liga Curvelo a Montes Claros, está intransitável. A operação tapa-buracos comandada pelos órgãos federais é lenta e ineficaz, não justificando a parcela de tributos que a população paga e que deveria ser canalizada para a recuperação das rodovias federais.

É incontestável o perigo que corremos. Somando-se aos buracos, temos os assaltos aos caminhões de cargas e ônibus.

Quero, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar o meu apelo desta tribuna, para que o Ministro da Saúde considere o descaso com que tem tratado a saúde dos mineiros, para que o Ministro dos Transportes considere o descaso com que tem tratado as estradas de Minas e para que o Governo Federal apresente alternativas para combater a falta de segurança que vive a nossa população.

Somos testemunhas do esforço do Governo de Minas para suprir as necessidades básicas da nossa população, mas não podemos esquecer que o Brasil é um Estado Federado e como tal deve ser tratado.

O nosso povo é sacrificado com uma alta carga tributária. O nosso povo sustenta apagão, sustenta a segurança privada, pagando a conta, muitas vezes, com a própria vida.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Deputados, destacar aqui a visita do Governador Itamar Franco, no último dia 21, ao Município de Jaíba, inaugurando as obras de asfaltamento da estrada que liga Jaíba a Matias Cardoso. Essa obra já era esperada pela população de Jaíba, pelos produtores do projeto de irrigação, e vai beneficiar toda aquela região, vai facilitar o escoamento da produção e melhorar a qualidade de vida daquele povo. Há muito tempo a população esperava aquela obra tão importante.

Tenho certeza de que o Governador Itamar Franco está atento às questões dos projetos de irrigação, dos assentamentos da região Norte, pois sabemos que ele também deposita grande esperança nos projetos e assentamentos.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado Dimas Rodrigues, V. Exa., com seu jeito simples, autêntico sertanejo do Norte de Minas, sempre traz para esta Casa temas importantes, por isso gosto de acompanhar o pronunciamento de V. Exa., porque aprendo muito do ponto de vista da autenticidade e da profundidade com que V. Exa. realmente clama pela solução dos nossos problemas.

Dois dos assuntos levantados por V. Exa. nos chamam a atenção. Um é a questão das estradas. Nós, Deputados do Norte de Minas, ao transitar pela BR-135, para ir de Belo Horizonte a Montes Claros somos obrigados a percorrer 80km a mais, passando por Pirapora, se quisermos viagem mais ou menos tranqüila.

Outro assunto da maior importância refere-se à dengue. A dengue é culpa das autoridades. O povo não produz dengue em suas casas, não produz o "Aedes aegypti" por vontade própria. Produz porque o poder público federal não cuida, como devia, do trabalho preventivo. Os Governos municipais, em muitas cidades, não fazem um trabalho preventivo, limpando os córregos, acabando com as águas paradas. Não adianta o cidadão, dentro de casa, ter toda a atenção e cuidado se, do lado de fora, o poder público não cuidar das áreas vagas. Trago o exemplo de Montes Claros, onde fui Prefeito por duas vezes. Tínhamos, à época, uma equipe de 100 homens que, com suas botinas de borracha até os joelhos, percorriam os córregos da cidade, fazendo a sua limpeza, retirando o entulho, acabando com a água parada e borrifando, com óleo queimado, os focos de muriçocas e do "Aedes aegypti". Esse trabalho, há cinco anos, foi encerrado. Há cinco anos não se faz essa limpeza preventiva. Hoje, Montes Claros é manchete nacional devido aos focos de dengue. É preciso que, de um lado, o cidadão faça a sua parte, mas, do outro, também o poder público faça a dele. Infelizmente, devido à omissão das autoridades e Prefeitos, a dengue aí está. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Deputado Luiz Tadeu Leite, agradeço a sua fala. Somos testemunhas do seu trabalho como Prefeito, assim como reconhecemos seu trabalho na defesa do Norte de Minas e região do Jequitinhonha.

A propósito, estivemos visitando os assentamentos do município de Manga, ouvindo as dificuldades daquela gente. São inúmeras famílias que receberam a terra, mas não receberam o incentivo financeiro para o cultivo. O INCRA tem dificultado o repasse do dinheiro, programando um repasse mínimo recusado pelos assentados exatamente porque não condiz com a necessidade daquele povo.

Estive ali, conheço bem a qualidade da terra e posso afirmar que é altamente produtiva, bastando que o Governo Federal lhe destine recursos e ofereça o mínimo de infra-estrutura.

As famílias estão consumindo água de péssima qualidade, pois não têm poços artesanais, as crianças estão sob risco de contrair doenças pois consomem água não apropriada para beber.

Deixo o meu apelo ao Presidente da COPASA, à CODEVASF para que olhem por aquela gente. A abertura de poços na região dos assentamentos é prioridade, assim como a construção de rede elétrica, escolas e linhas de crédito para a produção.

Sou testemunha do sofrimento daquela gente assentada de Manga.

O povo é trabalhador, quer produzir, mas está à espera dos incentivos do Governo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Maria Olívia e meu amigo Paulo Pettersen, com quem comentava, mais cedo, a respeito da falta de receita neste Estado para se aplicar na segurança pública.

Trago aqui o jornal "Estado de Minas" publicado hoje, dia 26. Em sua página 26, lemos a seguinte matéria: "Ministério Público apura denúncias de violação. Ex-funcionária afirma ter presenciado arrombamento de caça-níqueis apreendidos e levados para o galpão da Prefeitura. Também aponta irregularidade na venda de oito caçambas".

Sr. Presidente, por que estou comentando essa publicação? Porque, mais uma vez, o assunto de caça-níqueis que funcionam em toda Belo Horizonte, em Minas Gerais e no Brasil volta à pauta. Já se falou que os caça-níqueis deram prejuízo à Loteria, mas, na verdade, deixaram em caixa R\$23.000.000,00, que desapareceram. Ninguém sabe para onde foi, mas certamente esta Casa vai descobrir.

O primeiro escândalo dos caça-níqueis aconteceu no Ministério Público, com a queda do Sr. Márcio Decat. Depois, o assunto voltou à pauta, com a morte do Promotor, pois tentaram desviar os olhares dos postos de gasolina, tentando levá-los para os caça-níqueis.

Nesta semana, o tema voltou por causa dos lobos maus de Araxá, Promotores que comem crianças para fazer mingau. Isso foi denunciado devido aos caça-níqueis.

Lembro aos amigos da Rede Globo de Televisão e aos amigos do "Estado de Minas" que todas as maquininhas estão funcionando. Quando a Loteria era regulamentada e arrecadava R\$3.000.000,00 por mês, havia 15 mil máquinas. Atualmente, há mais de 70 mil. O "Estado de Minas" denuncia que, no depósito, só existem as caixas. Deixaram a madeira e tiraram o recheio do equipamento para ser montado em outra caixa. Isso acontece em algumas delegacias e fóruns do interior. Se for feita uma perícia nessas caixas apreendidas, encontrarão apenas a caixa. Quem ganha com o jogo ilegal são poucos. Faço um apelo à Dra. Heloísa Kombat, que está com o processo da Loteria desde o dia 1º/4/99, para que proceda ao julgamento. Pasmem, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembléia, que eu criei, o Estado já deixou de arrecadar, desde o dia 1º de abril, quando suspenderam a regulamentação, R\$86.000.000,00, que poderiam estar sendo aplicados na segurança pública, na educação e na saúde. As máquinas estão deixando de arrecadar R\$3.000.000,00 por mês na Loteria.

Elaborei um projeto igual ao do Governador Garotinho, do Rio de Janeiro, com a diferença de que aqui foi votado, em dois turnos, um projeto de lei, e, no Rio, foi baixado um decreto. O Governador Garotinho teve peito para encarar o Presidente da República, para que a arrecadação ficasse no Rio de Janeiro. O Governador Itamar Franco, que não sabe o que está acontecendo com relação a esse projeto, vetou-o e deixará de arrecadar. Alguns companheiros perguntam-me se trabalharei para derrubar o veto do Governador, para tentar fazer o Estado arrecadar. Não farei nada, porque, daqui a quatro ou cinco meses, virá novo Governo, que - quem sabe? - poderá encarar a situação para tentar arrecadar. Não trabalharei e votarei com o Governador Itamar Franco, porque, se o Estado está com muito dinheiro para aplicar na segurança pública e nas obras sociais, não precisa de mais esse recurso, que, no Rio de Janeiro, é de quase R\$4.000.000,00. Remeti, para cada Deputado, as matérias dos jornais que se referiam a esse assunto.

Quando conversei com o Presidente da Loteria de Goiânia, satisfeito e orgulhoso, ele me disse que passava para o Governo, mensalmente, R\$400.000,00. Essa arrecadação fabulosa da Loteria do Estado de Goiás é repassada às obras sociais do Governo. Disse-lhe que, em Minas, R\$3.000.000,00 de arrecadação foram deixados de lado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais pessoas presentes e jornalista Berta, que faz a cobertura jornalística desta Casa, temos de começar a discutir o que é certo e o que não é. Temos de começar a levar a sério essa questão, a discutir o que é certo, o que não é. Os transatlânticos de que falava, que buscavam dinheiro nas costas brasileiras, levaram o dinheiro todo. Propus ao Presidente desta Casa uma videoconferência, um seminário, uma conversa sobre jogo. Vamos trazer as Assembléias, as Loterias do Brasil inteiro, para discutir o que acontece, de fato, com o jogo neste País e o que pode acontecer. Tenho a certeza de que posições de evangélicos, ao contrário, existem, mas, quando havia o O900, que a rede de televisão anunciava, faziam. Mas são contra o jogo. Tenho a certeza de que será uma discussão sobre todos os pontos. Vamos ver quem é contra, quem é favorável.

Sr. Presidente, faço um apelo ao Governador Itamar Franco, que saiu da Presidência da República com aprovação, para que libere recurso para a PM comprar câmeras e monitorar o Centro da cidade. Sr. Governador, repito o que há três anos venho falando: no Centro da cidade, a violência corre, o pivetão rouba de manhã, de tarde e de noite, mete a mão no bolso do aposentado. Ficam o pivetão, o trombadinha e toda aquela corja na região central. A solução para reduzir 50% da criminalidade são as câmeras para vigiar a movimentação de pedestres e veículos nas regiões de maior fluxo em Belo Horizonte: o Centro da cidade, o de Venda Nova e o do Barreiro.

Sr. Governador, aqui se constrói outro País. Quando estava começando a construir um novo País, partindo de Minas Gerais, eu falava da importância da aquisição dessas câmeras. Solicitava, colocava emendas. Desde o primeiro momento, o senhor podia ter saído na frente, ter mostrado que aqui se constrói um País. Podia ter dado dinheiro à PM, colocado as câmeras, e não ficaríamos atrás, por exemplo, de Fortaleza, Curitiba, Salvador e, recentemente, mais precisamente nesta semana, de Goiânia.

Sr. Governador, o belo-horizontino não agüenta mais ser roubado no Centro da cidade. Quando disse isso aqui, há três anos, o senhor deve se lembrar de que o pessoal dos recursos humanos disse que isso tiraria o direito de ir e vir do belo-horizontino. Eu explicava. Direito de ir e vir é hoje, quando a pessoa não pode transitar pelo Centro. Quero lembrar também que presenciei em Nova Iorque, em Liverpool, na Filadélfia,

essas câmeras acompanhando a movimentação na região central, o que reduziu 50% da criminalidade nessas cidades.

Não adianta ficar discutindo o que vai ser feito na segurança pública. Acompanhei as falas dos Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Morais. Não há jeito. Não são colocadas em prática essas argumentações. Como fica? Como se faz segurança onde não há dinheiro?

Mais uma vez, apelo ao Presidente da República e ao Governador Itamar Franco para que voltem a arrecadar, liberem essas 15 mil máquinas. Havia no Estado 70 mil. Peguem esse dinheiro e apliquem na segurança pública. Se as máquinas estivessem legalizadas, o Ministério Público, por meio do Decat, não teria pedido dinheiro. Vamos só raciocinar sobre isso. Não tinha pedido dinheiro e não teria caído. Olhem quantas cabeças voaram por causa dessas máquinas. Se tivessem sido legalizadas, tenho certeza de que muita coisa não teria acontecido em Minas Gerais. E agora o PT vai ter de explicar por que coloca dificuldade para vender facilidade. Prende as máquinas por meio do Ministério Público, mas dá um jeito de vendê-las "por dentro". Isso é matéria do jornal "Estado de Minas", o maior jornal dos mineiros. Cabe à Prefeitura se explicar, Sr. Carceroni, por que acontece isso no depósito. Se os donos das máquinas forem lá, verão que mexeram em muitas, tiraram o recheio, deixaram só a casca.

Itamar Franco, candidato à Presidência da República pelo PMDB - poderia ser pelo meu partido, o PDT, que lhe ofereceu a vaga -, libere o dinheiro para a PM comprar as câmeras e monitorar o Centro da cidade. Vamos continuar cobrando, como faço há três anos. Muito obrigado.

326ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/2/2002

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Município é a "celula mater" da Federação, trata-se de verdade irrefutável. É da unidade municipal que irradia a realidade socioeconômica de uma nação federativa. É ali que a população vive, trabalha e sedimenta o processo de construção da cidadania. Países mais antigos que os nossos há muito entenderam a importância do municipalismo. Veja-se, por exemplo, o caso da França: a Nação gaulesa tem mais de 6 mil municípios, espalhados por território equivalente ao de Minas Gerais. Quando menos - e se tal for comparado com o total de 853 municípios mineiros - podemos concluir que a França valoriza mais a política municipalista do que o fazemos.

O fato é que vimos assistindo, nas últimas décadas, à gradual diminuição do poder municipal, com a centralização em favor do Executivo estadual e da União. A autonomia político-financeira que lhes garante a Carta Magna vem sendo subtraída aos municípios, que passam à condição de pedintes, sujeitos aos repasses - muitas vezes discricionários - por parte dos poderes superiores.

Foi em consideração a essa realidade que saudamos o advento da Lei nº 12.040, de 1995, a Lei Robin Hood, como instrumento para fortalecer os municípios, sobretudo os mais carentes. De nada adianta, a nosso ver, criar pólos de progresso com recursos abundantes, provenientes da arrecadação do ICMS, se a esses pólos se contrapõem bolsões de pobreza, onde a arrecadação é infinitamente menor. O espírito da Lei, ao redistribuir 25% do total do ICMS devido aos municípios, é de estimular a execução de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e saneamento, entre outras.

O impacto da Lei Robin Hood foi impressionante, no bom sentido. Basta dizer que, antes de entrar em vigor, 703 municípios recebiam apenas 8% do total arrecadado. A partir de sua vigência, os mesmos municípios passaram a concentrar 22% da arrecadação de ICMS do nosso Estado. Em outras palavras, os municípios ricos vieram a contribuir para os pobres, na melhor filosofia apregoada pelo Robin Hood da Inglaterra medieval.

A Lei nº 12.040, de 1995, surtiu seus efeitos até 31/12/2001, prorrogada que foi pela Lei nº 13.813, de 2000. No louvável intuito de evitar um "vácuo" que prejudicasse os municípios, esta Assembléia, em finais do ano passado, constituiu Comissão Especial para elaborar a nova lei. Concomitantemente, o Deputado Amilcar Martins apresentou o Projeto de Lei nº 1.756/2001, ao qual, posteriormente, foi anexada a proposição da Comissão de que honrosamente fiz parte.

Como se sabe, o referido projeto, do nobre companheiro Amilcar Martins, foi objeto, em primeiro turno, de substitutivos e emendas, dos quais um de nossa autoria conjuntamente com o Deputado Dinis Pinheiro. O Substitutivo nº 3, que consolidou as sugestões apresentadas, encontra-se hoje em 2º turno, no âmbito das Comissões. Para ser exato, encontra-se na Comissão de Assuntos Municipais, e deverá ainda passar pela Fiscalização Financeira e pela Constituição e Justiça, antes de voltar a Plenário.

Ocorre que se a matéria requer rígida e cuidadosa tramitação também exige prioridade. Nesse sentido, estamos encaminhando a esta Presidência requerimento para que lhe seja reservado regime de urgência porque, além de ser benefício muito grande aos municípios, é também um compromisso desta Casa e, acima de tudo, de V. Exa. Ora, temos todos nós - Deputados desta Assembléia - o compromisso moral e cívico de não faltar com nossos municípios. Seria inadmissível não agilizar a tramitação do projeto mencionado em razão de tecnicismos regimentais e disponibilidades de pauta. É sobre isso que lhe formalizamos um apelo, Sr. Presidente: vamos priorizar a tramitação do projeto da nova Lei Robin Hood, sob pena de se cometer injusto retrocesso em detrimento dos municípios interessados. Muito obrigado.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Deputado Ermano Batista, quero saudar V. Exa. pela eloquência com que faz defesa de um dos projetos mais importantes para a vida política de Minas Gerais e conseqüentemente para a credibilidade e para que esse parlamento possa ter a tranqüilidade de dizer que realmente representa as aspirações do povo mineiro. Ainda hoje conversava com V. Exa. a esse respeito, mesmo sem saber que se pronunciaria sobre a Lei Robin Hood. Quero parabenizar V. Exa. e dizer que age muito bem. No passado, especificamente em 2001, todos nós, que nos interessávamos ou conhecíamos a grandeza e a importância desse projeto, não tivemos o cuidado de acompanhá-lo, mesmo porque, a partir do momento em que víamos colocar seu nome à chancela no substitutivo desse projeto de Deputados da estirpe do Deputado Amilcar Martins e do Deputado Dilzon Melo, com trabalho rigoroso e zeloso realizado pelo grande Deputado Dinis Pinheiro, estávamos enganados.

Imaginávamos que, com essas assinaturas, garantiríamos que o projeto seria aprovado no ano passado. No entanto, no final da sessão legislativa, Minas foi covardemente traída, pois aqui todos são a favor desse projeto, mas, na hora da votação, os votos não aparecem, e somos seguidamente derrotados. Esperamos, desta vez, não ser derrotados e que prevaleça, nesta Casa, a vontade do povo mineiro. Precisamos saber quem é a favor do povo e quem se esconde atrás dos artifícios regimentais em detrimento da vontade da maioria. Esperamos que Minas tenha aprovado esse projeto, que é de interesse dos municípios mineiros, inclusive dos grandes, pois se faz necessária essa divisão de recursos para que Minas seja democrática. Obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Nobre Deputado José Braga, a veemência de V. Exa. atesta o resultado da influência do coração. V. Exa. representa uma fatia do Estado de Minas, uma fatia sofrida, discriminada. A votação dessa lei, estabelecendo uma melhor distribuição do ICMS, longe de prejudicar os municípios grandes, beneficia-os também, na medida em que desconcentra a riqueza, fazendo com que esse corpo doente, que é Minas Gerais, possa corrigir suas deficiências.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Deputado Ermano Batista, fico feliz em verificar, do alto desta tribuna, responsável pela manifestação soberana e forte da vontade do povo mineiro, a presença de V. Exa., utilizando toda a sua prerrogativa de parlamentar para tornar realidade um grande sonho do povo mineiro. Relembro o início da nossa luta, nos anos passado e retrasado, quando, em memoráveis reuniões, tivemos a oportunidade de relatar o projeto da Comissão Especial, tendo o senhor como conselheiro e a companhia dos Deputados Alberto Bejani, Arlen Santiago e outros. Tivemos, à época, a presença maciça dos Prefeitos mineiros, almejando o que lhes é de direito. Todos sabemos que o ICMS deve ser de todos os mineiros, principalmente dos deserdados da sorte. Encontramo-nos nesta Assembléia, com fé e perseverança, para retomar, com mais pujança, vigor, coragem e ânimo, essa nossa luta, luta da Assembléia, do Governador Itamar Franco, homem sensível aos mais pobres, luta dos parlamentares e de todos nós. Minas clama por mudança. Mudança rápida para que possamos, neste ano, implantar, definitivamente, o ICMS solidário, a fim de que tenhamos uma distribuição mais justa, mais fraterna, do ICMS que servirá de exemplo para outros Estados do Brasil, haja vista as grandes diferenças existentes. Ressalto que o Rio de Janeiro, com população inferior a Minas Gerais, tem uma arrecadação bem superior à do nosso Estado. Com a vontade expressa da maior parte desta Assembléia, há de ser feita essa grande mudança que servirá de exemplo para todo o País. Parabéns Deputado Ermano Batista. Parabéns Deputado José Braga. Que os senhores continuem nessa luta patriótica que merece nosso aplauso e nosso reconhecimento.

O Deputado Ermano Batista* - O Deputado Dinis Pinheiro é testemunha presente e participativa do trabalho da Comissão Especial designada para, durante o ano passado, traçar um estudo a respeito da melhor distribuição do ICMS. Trabalho intenso, produtivo, qualificado mas que, infelizmente, não poderia ser aprovado de afogadilho. Era preciso fazer melhores estudos. E é lamentável dizer que no seu gabinete, junto com prefeitos do interior, porque nenhum Deputado é eleito com votos apenas dos grandes centros, dizia que estava de acordo e, lamentavelmente, dizia nas reuniões de liderança que o projeto não poderia ser aprovado de afogadilho, que não havia sido ruminado suficientemente para ser digerido.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que levo a V. Exa. a lembrança do compromisso de, já em fevereiro, iniciar o processo de tramitação da Lei Robin Hood. A atitude que esta Casa vier a ter com relação à melhor distribuição do ICMS, longe de prejudicar quem quer que seja, vai melhorar as condições de Minas, fazendo melhor desconcentração de recursos, corrigindo a doença que faz do Estado esse corpo paraplégico que sempre condenei. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência informa ao Deputado Ermano Batista que, de acordo com o que foi combinado ao final das reuniões no ano passado, já fizemos contato com a AMM para iniciarmos, o mais rápido possível, a discussão sobre a Lei Robin Hood. Estamos cumprindo a nossa parte e apenas esperando que as entidades se manifestem, principalmente a que representa a maioria dos Prefeitos de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos no início e já avançando no quarto e último ano desse desgoverno que se abateu sobre Minas Gerais. Se não bastassem a omissão administrativa, o caos, as denúncias de corrupção e tantos males que se vêm acumulando, com o povo pagando preço tão caro por uma escolha equivocada há quatro anos, vemos neste Estado a maior ofensiva publicitária, a maior campanha que já se viu na história republicana de Minas Gerais. Nunca se fez tanto anúncio do Governo de Minas como se faz neste momento. E não bastam os anúncios feitos nos veículos mineiros, temos notícia, e recebemos denúncias por escrito de mineiros no litoral do Rio de Janeiro, em São Paulo e em outros Estados também massacrados por uma avalanche de mentiras, infâmias, inverdades sobre suposta ação governamental.

Isso não deveria surpreender-nos. Este Governo e o Governador são useiros e vezeiros em falar coisas de manhã que não se sustentam de tarde. Qual de nós não se lembra da fanfarras que se fez sobre o fato de que Minas Gerais teria uma embaixada em Paris? Depois essa representação de Minas foi transferida de Paris para Lisboa. Entretanto, na verdade, o que foi feito dessa representação? Quem mais ouviu falar nessa mentira, nessa manipulação grosseira da opinião pública mineira, nesse abuso da boa-fé do povo de Minas Gerais? E quantas outras mentiras! Onde estão os recursos do governo francês que o Governador Itamar Franco anunciava por todos os cantos?

Mas, mesmo acostumados a tantas mentiras e manipulação da opinião pública, é nossa obrigação, como representante do povo de Minas Gerais e, particularmente, como membro da Bancada do PSDB, que faz oposição a este desgoverno de Minas, estar nesta tribuna, para, mais uma vez, denunciar mais uma farsa, mais uma mentira grosseira que se prega no Estado.

E, desta vez, não são as campanhas publicitárias, nem os locutores, nem a mídia impressa. Desta vez, o Governador Itamar Franco caprichou e fez questão de, pessoalmente, assumir a responsabilidade de falar uma série de inverdades sobre a área energética de Minas.

Já denunciei diversas vezes desta tribuna que o Governador falava em 14 usinas, diminuindo para não sei quantas e mencionando, na mensagem para a Assembléia, apenas 4. Neste momento, são 4, mas, nos "outdoors" espalhados pela cidade e em toda a campanha institucional do Governo, fala-se em 14.

No momento de lançamento, depois de tanta demora, do início das obras da Usina de Irapé, o Governador Itamar Franco caprichou, afiou suas garras e falou um conjunto de inverdades, que o povo tem o direito de saber. A verdade deve prevalecer no Estado; por isso, estou na tribuna.

Está publicado no jornal "Minas Gerais" o seguinte: "Minas ganha uma nova hidrelétrica", "Itamar Franco vê Irapé como a libertação do vale do Jequitinhonha". O Governador faz, textualmente, a seguinte afirmação: "É bom lembrar aos que têm memória fraca que, naquela época, uma das principais decisões tomadas pelo sócio estrangeiro, comprador das ações da energética estadual, foi cancelar todos os estudos e projetos destinados à construção de Irapé". Repito que o Governador afirmou, de viva voz, que uma decisão do sócio estrangeiro da CEMIG foi cancelar todos os estudos e projetos destinados à construção de Irapé.

Retornaremos à verdade e à realidade dos fatos. A ANEEL elaborou programação para o leilão da construção da usina de Irapé, com o edital do dia 31/8/98, determinando a pré-qualificação das empresas interessadas nessa construção para o dia 5/11/98, e o leilão para o dia 1º/12/98. Tenho em mãos, e qualquer mineiro pode ter acesso, alguns documentos, que desmentem essa afirmativa do Governador, para a pré-qualificação para o leilão da ANEEL. "Na 253ª Reunião do Conselho de Administração da CEMIG, realizada no dia 27/10/98, foi autorizada, por unanimidade" - ou seja, por todos os membros desse Conselho, inclusive os representantes dos sócios estrangeiros - "a participação da CEMIG na pré-qualificação para o leilão".

Informo também que a CEMIG compareceu ao leilão, cumprindo todas as exigências da ANEEL, e foi proclamada vencedora. Na 254ª Reunião, realizada no dia 21/12/98, o Conselho ratificou a participação, por unanimidade dos membros, sendo definidas também as condições para a viabilização financeira do empreendimento, com o custo estimado da obra em R\$370.000.000 a R\$417.000.000, em dezembro de 1998, com a seguinte composição acionária: a CEMIG teria participação de 70%; a COPASA, 20%; e o consórcio construtor, 10%. Essa é a primeira mentira. Pelos documentos e pela verdade dos fatos, denuncio o Governador Itamar Franco pessoalmente. No início das obras de Irapé, disse essa mentira para o povo de Minas Gerais.

A segunda mentira é que, se não tivesse ocorrido a intervenção do Governo de Minas Gerais, a obra não teria sido realizada. Ainda alega que se antecipou ao cronograma.

Tenho em mãos documento de autoria do Governo do Estado, publicado em dezembro de 1999, intitulado "365 Dias de Trabalho", em que afirma: "Irapé terá a potência de 360MW e está localizada no rio Jequitinhonha, na divisa dos Municípios de Berilo e Grão Mogol. O início das obras está previsto para outubro de 2000, e o início da geração comercial para dezembro de 2004". O Governador Itamar Franco anunciou e afirmou, em documento datado de dezembro de 1999, que o início das obras de Irapé se daria em outubro de 2000.

Os fatos estão aí para comprovar que o Governador Itamar Franco, ao contrário do que afirma, ao invés de adiantar o cronograma das obras, atrasou em ano e meio o início da construção de Irapé. O início da construção de Irapé, obra pensada e viabilizada no Governo Eduardo Azeredo, ao contrário do que o Governador Itamar Franco afirmou, não teve oposição dos sócios estratégicos, privados. Tenho documentos do Conselho de Administração da CEMIG que comprovam isso. Em duas reuniões foi aprovada, por unanimidade, a participação da CEMIG no leilão, e, depois, o cronograma das obras e a participação acionária da CEMIG. Não fomos nós, da Oposição, que dissemos que as obras teriam início em outubro de 2000. Foi o Governador Itamar Franco. Está aqui no documento intitulado "365 Dias de Trabalho". Em vez de começar em outubro de 2000, iniciou, efetivamente, e mesmo assim, vagarosamente, em fevereiro de 2002. Essa é a verdade dos fatos. A mentira tem pernas curtas. Esse Governo, acostumado a mentir para o povo, falou sobre a implantação de representação do Governo de Minas em Paris, depois, em Lisboa, em seguida anunciou financiamentos fabulosos do Governo francês. Tudo letra morta. O que se fala de manhã, não se repete à tarde. Estou aqui para provar que o Governador Itamar Franco, mais uma vez, mentiu para o povo de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago a esta tribuna a manifestação de alegria do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha pela implantação da barragem de Irapé. Trago a repulsa do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha àquelas aves agourentas que torcem, de todas as formas, para que o Governo Itamar Franco não emplaque como Governo de grandes obras. Ainda na semana passada, em Jaíba, vimos o vultoso empreendimento do Governo do Estado, resgatando uma região e criando um celeiro de produção de hortifrutigranjeiros para o Brasil e para exportação. Obra do Governo Itamar Franco.

E agora, com alegria, anunciamos o início de implantação da usina de Irapé, com a criação das estradas. Sabemos todos, em Minas Gerais, que a obra foi retardada, de propósito, pelo Governo anterior, que, por irresponsabilidade e incompetência, não conseguiu tirar a obra do papel. Agora aparece um Governo sério que não prometeu as obras de Irapé. Participei ativamente da campanha de Itamar Franco no Norte de Minas e no Jequitinhonha em todas as vezes em que esteve lá. Em momento algum vi S. Exa. prometer Irapé. Pois bem. Sem compromisso. Ainda assim, e concretamente, a obra está saindo. Se demorou dois ou três meses, é a burocracia que causa atrasos como esse. Mas, graças a Deus, ainda com algum atraso, pelas mãos de um Governo sério, a obra está saindo. É uma barragem de 205m de altura e 50km² de terras que serão alagadas. É uma obra de R\$650.000.000,00 - a segunda maior hidrelétrica de Minas e uma das maiores do País -, que vai produzir energia elétrica num País em que ainda há risco de apagão no futuro. Está de parabéns o Governador Itamar Franco, por tirar do papel e colocar em prática uma obra importante como a barragem de Irapé.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, falando sobre o Jequitinhonha, estivemos com o Governador Itamar Franco no mês de janeiro, visitando a região alagada pelas chuvas. São diversas as cidades em estado de calamidade pública. O Governador viu conosco as estradas. Algumas estão inteiramente arrasadas, como a rodovia que liga Rubim a Jacinto, onde todas as 12 pontes caíram e não há condições de tráfego. A estrada de Almenara a Jacinto e Salto da Divisa, limite e condução natural para a Bahia, está interditada.

De público, apelamos ao Governador Itamar Franco, que tem sensibilidade social, para que agilize, junto à Secretaria de Transportes e Obras Públicas a construção das pontes, a reforma das estradas, para que aquela região possa voltar a sua rotina. Grande parte daquela região não pode ainda voltar à rotina porque algumas estradas estão sem condições de tráfego. A esperança do homem do Jequitinhonha é a última que morre. Temos esperança de que, ainda neste ano, tenhamos a reformulação dessas estradas por completo e o asfaltamento da rodovia Almenara-Jacinto-Salto da Divisa, fazendo mais uma ligação com a Bahia, com grande fluxo de veículos para a região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um assunto tem preocupado a todos nesta Casa, a Minas e ao País: a segurança. A violência grassa em nossas cidades e invade as casas. O cidadão comum não pode se armar como gostaria nem tem qualificação para tal, enquanto os bandidos, cada vez mais armados, sem ser importunados, realizam seqüestros-relâmpagos, assassinatos, promovem arruaças e badernas. Enfim, esse quadro de insegurança toma conta do nosso País. Esse assunto não pode mais ser tratado de maneira superficial, como tem sido tratado até agora. O assunto segurança ou a falta dela ou o crescendo da violência não pode mais ser abordado por neófitos ou amadores. Isso é coisa para ser aprofundada num estudo mais sério.

Em Minas, um dos Estados mais tranquilos da Federação - não podemos comparar Minas com São Paulo, Rio de Janeiro e outros -, infelizmente, a violência cresce, e os seqüestros enodoam com lágrimas as nossas famílias. Minas e o Brasil precisam tomar uma atitude com relação à segurança. Seminários, convenções, debates, discussões, esta Casa já fez de tudo, e não conseguimos encontrar um rumo para a questão da violência. A meu ver, a segurança só voltará a reinar nos nossos lares quando houver um trabalho em âmbito federal, estadual e municipal. Se segurança passou a ser um produto de primeira necessidade em nossos lares, talvez mais do que o arroz, o feijão e o emprego, precisamos encontrar parcerias e atitudes decisivas do Governo Federal, dos Governos Estaduais e - por que não dizer - Municipais.

Digo isso porque, em Montes Claros, quando Prefeito em segundo mandato, fizemos a doação de dez veículos, automóveis, e cinco motos, para melhorar o policiamento na cidade, o que melhorou substancialmente os níveis de segurança na cidade. Isso pode ser feito. E o município vai exigir que a Polícia Militar e a Civil utilizem aqueles veículos exclusivamente no policiamento dos bairros, da zona rural.

Mas outra contribuição os municípios também podem dar. Refiro-me ao incentivo à criação da Guarda Municipal, já insculpida na Constituição Federal, com a finalidade específica de proteger o patrimônio público, de cuidar das praças e dos prédios municipais.

Alguém pode achar que a Guarda Municipal, que não pode andar armada, tem apenas a função de cuidar dos prédios públicos, vai contribuir pouco ou quase nada para a formação de um aparato antiviolência. Discordo disso. Mesmo que a Guarda Municipal hoje esteja adstrita à função de cuidar dos bens públicos - e há projetos de lei no Congresso Nacional ampliando essas funções -, ainda assim, poderia fazer um trabalho preventivo, em colaboração com as polícias, da maior importância.

Algumas cidades que têm Guarda Municipal têm experiências vitoriosas. Mas sabemos que não podemos deixar cada Prefeito criar a guarda ao bel-prazer, senão, daqui a pouco, haverá uma guarda com uma finalidade, outra com outra, um comando vinculado de uma forma ou de outra, o que não funcionaria como nos interessa, como apoio, auxílio às polícias.

Por essa razão, acabamos de propor o projeto de lei que ganhou o número 1.965/2002, que estabelece condições para a atuação de guardas municipais em convênio com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros e dá outras providências. Não estamos instituindo as guardas municipais, porque os municípios já podem criá-las, segundo a lei federal. Estamos, apenas, criando condições para que, desde que queiram, os municípios se submetam às normas que estamos criando para haver colaboração, controle, orientação da PM.

Tenho o aval do comando da PMMG: em princípio, é melhor ter essa guarda bem orientada do que cada um criar a sua, de qualquer jeito. Esses guardas, devidamente orientados e até treinados pela PM nos quartéis, poderiam prestar um trabalho preventivo, de acompanhamento, nas

praças, nas ruas, para, de comum acordo, avisar as Polícias Militar e Civil quando estiver por ser cometido um crime ou até prender em delito flagrante - sabemos que qualquer cidadão pode fazê-lo - alguém que cometa um crime.

A presença das guardas municipais uniformizadas e orientadas pela polícia, por certo, contribuirá para que possamos ver diminuídos os índices de violência em nossas cidades. É isso que queremos com o projeto de lei que acabamos de apresentar, para que esta Casa contribua, criando normas para o bom funcionamento das guardas municipais nas cidades mineiras, colaborando, assim, com os Governos Estadual e Federal para melhorar, reduzir, abrandar os índices de violência que grassam no Estado e no País. Muito obrigado.

O Governo Federal precisa equipar a Polícia Federal, que, até há pouco tempo, divulgava que não tinha dinheiro nem para pagar os aluguéis, e as contas de água e de luz das agências. Com mil e poucos homens, a Polícia Federal só tem cacique, não tem índios, só tem Delegados, não tem agentes. Deve ser uma das mais fracas do mundo, porque a guarda nacional de qualquer outro país tem mais homens, mais agências e mais equipamentos do que - infelizmente - a nossa Polícia Federal. À sua frente, temos um mineiro, o Dr. Argílio, que poderia e tem condições para pilotar uma grande, forte e respeitada instituição, em que o Governo Federal poderia investir um pouco mais, a fim de começar a enfrentar a bandidagem que assola o País.

O Governo Federal deveria assumir, também, a construção de, pelo menos, 200 novas penitenciárias federais, distribuídas pelos Estados, oferecendo de 50 mil a 60 mil novas vagas, porque hoje o bandido é preso, mas, como não tem onde ser colocado, é posto em liberdade, retorna às ruas e comete novamente um rosário de crimes.

Além disso, é preciso haver um combate sistemático ao narcotráfico, com o fechamento das fronteiras do Brasil. O País não produz cocaína, não produz maconha, exceto alguns Estados do Nordeste, sem muita representação. Sabemos que 90% da droga vem dos países sul-americanos. Assim, fechando as fronteiras por mar, terra e ar, temos a certeza de que diminuiríamos muito a quantidade de drogas, que sempre são acompanhadas de violência e de criminalidade.

Esperamos, também, do Governo Federal, o desarmamento da população. Cada um de nós tem vontade de sair armado, mas não temos qualificação para tal. Enquanto estivermos comprando armas, enquanto armas estiverem sendo produzidas, cada vez mais, pela poderosa indústria bélica brasileira, estaremos incentivando a criminalidade.

Em Minas Gerais, se não conseguirmos, de imediato, a unificação das duas polícias, que é meta dos Governos, deveremos lutar para obter a unificação das ações dessas polícias, que, hoje, exercem um trabalho quase paralelo: uma com medo da outra, a outra com medo da uma, além de uma disputa interna muito grande. Muitas ações são repetidas, gastando-se dinheiro público, quando poderíamos ter a unificação das ações das polícias. Por exemplo, a Secretaria da Segurança Pública tem o DETRAN. A Polícia Militar tem outro controle, com outro nome, que também cuida da área relacionada aos veículos automotores. Poderia ser apenas um DETRAN atendendo às duas polícias. É preciso investir mais em homens, em equipamentos e criar uma Secretaria da Segurança Pública forte - acima das Polícias Militar e Civil -, cuja função seria a de supervisionar a segurança em nosso Estado.

Não podemos dispensar a ação dos municípios no combate à violência, como o que estamos imaginando. Os Prefeitos e os Vereadores não podem ficar de braços cruzados, esperando que o Governo traga polícias para as cidades. Por esta razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os municípios podem ajudar a equipar as polícias. Um exemplo seria a doação de veículos para o policiamento na circunscrição de cada cidade.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/2/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, e a Decisão da Mesa de 28/11/01, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.178, de 2001, 2.229, 2.232, 2.238, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminados:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 2/3/2002, que nomeou Fernando Lopes Rodrigues para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Guilherme de Souza Mendes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas.

Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

exonerando William Horta Sobrinho do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Teodoro Saraiva Neto para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

nomeando Hilda Maria de Carvalho Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Pettersen

exonerando, a partir de 1º/3/2002, Aloísio José de Oliveira Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.198, de 21/5/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.055, de 5/6/2001, e 2.057, de 19/6/2001, assinou os seguintes atos:

dispensando Maria Elisabete Gontijo dos Santos da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática;

designando José Alcione Bernardes Júnior para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15/12/98, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.114, de 17/10/2001, que dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13/6/2001, na forma da Decisão da Mesa de 17/10/2001, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 6/2/2002, conforme a situação funcional em 16/12/98, o servidor Célio José de Melo, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 6/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José Colares, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15/12/98, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.114, de 17/10/2001, que dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13/6/2001, na forma da Decisão da Mesa de 17/10/2001, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 6/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Raymundo Nonato, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE RESILIÇÃO

Consumidora: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Concessionária: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Objeto: resilição do contrato de fornecimento de energia elétrica nº 5.389/98. Vigência: a partir de 7/1/2001.

TERMO DE CONTRATO

Consumidora: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Concessionária: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Objeto: fornecimento de energia elétrica, segundo estrutura tarifária horo-sazonal verde. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 3.3.90.39 (10.1). Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2002

Convite nº 3/2002

Objeto: aquisição de 1 (um) veículo pick-up aberta, cabine simples, zero quilômetro, ano de fabricação 2002. Licitantes habilitadas: Reauto Representação de Automóveis Ltda. e Fiat Automóveis S.A.